



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt



Porque votam poucos?

Nas últimas quatro décadas a participação eleitoral nos Açores caiu de 77% para 46%, sete pontos percentuais acima da participação eleitoral a nível nacional.

É verdade que o problema da abstenção não é exclusivo do nosso país, como ainda há poucos dias referia o Expresso num estudo sobre a participação eleitoral, mas nos Açores o fenómeno é crescente e cada vez mais preocupante.

Todos sabemos que os cadernos eleitorais estão distorcidos, com um número de inscritos que não corresponde ao número de habitantes na região, mas se expurgarmos os eleitores fantasmas o fenómeno continua elevado.

Para uma região onde as instituições estão mais próximas das populações, a abstenção devia ser quase irrelevante, como foi nos primórdios das eleições, há quase 50 anos.

A explicação, a nível nacional, tem a ver, segundo o referido estudo, com os jovens que votem menos, com os menos instruídos e que vivem no interior, como “sintomas de uma democracia mais afastada das preocupações da população e incapaz de se adaptar às novas formas de intervenção na vida pública” (Francisco de Almeida Fernandes).

No caso dos Açores, as conclusões não fogem muito às características nacionais, a que se alia a degradação da credibilidade dos protagonistas envolvidos na causa pública nos últimos anos.

Basta ver os candidatos às eleições do próximo dia 4 de fevereiro para ficar com uma noção arrepiante de como será o pobre parlamento na próxima legislatura.

Aliás, os debates eleitorais deram-nos já o retrato da pobreza franciscana em que se tornou a política regional, com muita gente sem a noção do ridículo em assumir um papel para o qual não está preparada.

Mas é a política e os políticos que temos, nada comparado com os inícios da Autonomia Regional, onde sobressaíam grandes oradores, pensadores e gente com mérito senatorial.

Muito mal vão os partidos ao baixarem tanto a bitola da competência dos seus escolhidos.

É esta falta de credibilidade que leva a maioria dos açorianos a ficar em casa no dia das eleições.

O fenómeno foi alvo de um estudo, encomendado pela Assembleia Regional, em 2019, confirmando que a mobilização de eleitores vem perdendo força de eleição para eleição e os responsáveis, segundo os inquiridos no referido estudo, recai, sobretudo, “nos governantes, nos partidos e nos deputados”, com valores médios de 88,8%, 86,5% e 88,2, respectivamente, seguindo-se “as pessoas” – os cidadãos –, com 68,3%, e depois a categoria “a vida em geral”

– que apontava para as dificuldades quotidianas –, com 58,8%, “a comunicação social”, 49,7% e, finalmente, “a escola” com 19,3%.

O estudo sublinha que, embora não existam diferenças substanciais de apreciação pelos detentores de grau de ensino diferente, os mais escolarizados tendem a responsabilizar mais os partidos (96,7%), os governantes (95,7%) e os deputados (89,1%).

Só por esta amostra, os partidos e os seus responsáveis deveriam meter mãos à cabeça, sacudi-la e procurar de imediato soluções para inverter o descrédito, em vez de continuarem a bater com a cabeça na parede, fingindo que o problema não existe.

Tudo isto confirma que os cidadãos se sentem sub-representados na vida pública, como estão fartos de explicar os investigadores sociais.

O caso dos candidatos às eleições regionais (eleições que até são das mais participadas) é elucidativo para se perceber que a esmagadora maioria deles não tem nada a ver com representatividade local ou regional, porque nem conseguem ganhar nas suas freguesias, mas apenas porque o aparelho do partido o lá colocou como troca de obediência cega ao líder e por dar a cara pelo partido, a todo o custo, mesmo que isso implique trair a sua consciência.

Numa terra tão pequena como a nossa, onde toda a gente se conhece, é fácil reconhecer o mérito ou demérito de qualquer candidato a político.

O nosso sistema político consagrou os partidos políticos como a ‘força suprema’ da vida política e estes não o fazem por menos, pois rogam-se no direito de escolher quem querem, sem sequer submeter à votação dos militantes a escolha dos seus candidatos.

Já nem se fala na hipótese, até agora negada, de cidadãos independentes formarem listas próprias, um sacrilégio que só iria atrapalhar a oligarquia partidária.

Não admira, por isso, que a tão badalada “Reforma da Autonomia” continue congelada no parlamento regional, que já gastou uns bons milhares de euros em estudos, auscultações, viagens e reuniões, sem que chegue a um documento final e consensual.

Os cidadãos têm razões para desconfiar de um parlamento que custará este ano, provavelmente, cerca de 15 milhões de euros, que produz pouco, que tem deputados em excesso e - lá está - recheado de problemas de representatividade pública, porque não foram escolhidos pelos eleitores, mas pelo partido.

O sistema eleitoral devia ser alterado, adequando-o a uma maior envolvimento dos cidadãos e permitindo outras fórmulas de participação eleitoral que acabe com o desperdício de votos.

Para isso é preciso imaginação e vontade política.

Duas coisas arredadas dos partidos instalados.

“Portugal Ventures” já investiu 4,9 milhões de euros em 11 startups nos Açores

A Portugal Ventures anunciou que já investiu 4,9 milhões de euros em 11 startups da Região Autónoma do Açores e 690 mil euros em três startups Região Autónoma da Madeira, totalizando 5,5 milhões de euros.

A sociedade de capital de risco do Grupo Banco Português de Fomento financiou a inovação portuguesa produzidas nas ilhas através da Call Açores e da Call Madeira, que foi realizada parceria com o IDE (Instituto de Desenvolvimento Empresarial) e o Governo da Madeira. As operações foram realizadas pela Portugal Ventures, através do Fundo de Capital de Risco Atlântico com apoio financeiro do Fundo de Capital e Quase Capital

(FC&QC) gerido pelo Banco Português de Fomento, em parceria com a August One – Sociedade de Capital de Risco sediada em Singapura.

As 11 startups investidas nos Açores foram a Algicel (projetos de I&D para o cultivo de microalgas, das quais se extraem ingredientes poderosos e altamente valorizados para suplementos e saúde humana), Bam&Boo (produtos únicos de beleza natural com forte base científica recorrendo a ingredientes oriundos dos Açores), Gazelle Wind Power (solução LCOE (de menor custo na próxima geração de Plataformas Offshore Flutuantes), Hydrotwin (especializada em soluções de monitorização do ruído

subaquático em tempo real), Ignae (linha de cuidados de pele assente na excepcionalidade dos ingredientes dos Açores), Mission To Escape (maior grupo de escape games em Portugal), Oh!Mysnacks (nutrição personalizada para quem procura snacks saudáveis), Our Support (plataforma online que conecta pessoas ou empresas a profissionais de TI), Sparkyway (digitalização nos serviços de saúde): Tree Flower Solutions (biotecnologia sustentável, desenvolveu o Chestwine que permite substituir os sulfitos no vinho) e a Wizardsardine (através da Revault que cria soluções para as empresas que adicionam regras de transações às transações de Bitcoin).

Pedro de Mello Breyner, Vogal Executivo da Portugal Ventures, explica que a sociedade se «orgulha dos resultados alcançados com o Fundo de Capital de Risco Atlântico, em parceria com a August One, que permitiu potenciar o investimento na Madeira e Açores e contribuir para o crescimento económico alavancando o empreendedorismo nas regiões». O responsável acrescenta ainda que os 14 investimentos vão colocar a Madeira e os Açores como uma referência de investimento, incentivando o desenvolvimento de novos hubs tecnológicos e impulsionar a criação de negócios centralizados nas potencialidades naturais das regiões».